

Nota de Repúdio à Proposta do Candidato Tarcísio de Freitas para eliminar o uso de Câmeras Operacionais Portáteis

As entidades da Sociedade Civil, de Direitos Humanos e os Movimentos Sociais repudiam a proposta do candidato a governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) que prometeu acabar com o uso das **COPs** - Câmeras Operacionais Portáteis, usadas nos uniformes de dez mil (são cerca 80 mil na ativa) dos Policiais de São Paulo.

A proposta foi realizada em uma entrevista ao programa “Pânico”, da Jovem Pan, quando declarou:

“O estado está do lado dele [policial], por isso eu tive uma postura muito crítica com relação às câmeras. O que representa a câmera? É uma situação deixar o policial em desvantagem em relação ao bandido”

A proposta do então candidato é estarrecedora e traz um verdadeiro atraso à iniciativa de políticas institucionais que visam combater a violência policial em um Estado-nação marcado pela desigualdade social, com total repressão à classe trabalhadora, população pobre – majoritariamente preta – e residente em bairros periféricos – insalubres, e aos ativistas.

Não à toa, o Supremo Tribunal Federal, no curso da crise pandêmica, e diante da letalidade das Polícias no Estado do Rio de Janeiro, realizou audiência pública, no mês de abril de 2.021, no âmbito da ADPF 635; ocasião em que muitos dos representantes da sociedade civil realçaram a importância do uso de câmeras de segurança nos uniformes e nas viaturas dos policiais, para inibir a letalidade policial.

A audiência pública no âmbito da ADPF 635 foi realizada em um momento sensível às comunidades fluminenses, e se pautou como um *marco* para se debater o mesmo tema em outros estados brasileiros.

Logo, se conclui que a proposta do candidato Tarcísio deve ser repudiada com toda indignação, e não se pode cogitar desativar um equipamento eletrônico que ajudou a diminuir de forma considerável a letalidade nas abordagens policiais, por exemplo, citamos que em alguns batalhões como a ROTA, houve uma redução em mais de 80% de taxa de mortes, segundo informações da Ouvidoria das Polícias de São Paulo, em dados oficiais fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do estado.

Reportagem da Folha de S. Paulo, 05 de julho de 2022, aponta que: *“Entre junho de 2021 e maio deste ano, os 19 batalhões registraram 41 mortes por intervenção policial —contra 207 nos 12 meses anteriores ao início do programa”*. Segundo pesquisa do Datafolha, publicada no portal G1, em 07 de julho de 2022, 91% da população de São Paulo apoia o uso das câmeras nos uniformes policiais.

O uso de microcâmeras por parte dos policiais é uma conquista da sociedade civil e, para além da diminuição da letalidade, ajuda nas investigações e inquéritos, servindo, inclusive, para defesa dos próprios policiais sobre suas condutas e se seguem os procedimentos de intervenções elaborados pelas forças de segurança pública em ações policiais. As câmeras são um direito do policial e da corporação, pois as câmeras são importantes vetores de proteção policial. Isto é, contribui de forma decisiva para salvar vidas, diminuição da violência, garantias aos policiais da legalidade de suas ações e respeito aos cidadãos.

Nesse sentido, a posição de um candidato, que venceu o primeiro turno, não pode ignorar a realidade da violência do Estado, e deve se comprometer com a manutenção de políticas públicas que visam a diminuir a letalidade e a defesa da vida e da Cidadania.

As entidades que subscrevem esta nota exigem que o candidato assuma o compromisso pela manutenção e ampliação do uso das COPs, dando mais transparência e segurança na atuação das forças de segurança pública, não podendo se render a uma falácia de que as COPs inibem a atuação firme da Polícia, pois, os números indicam exatamente o oposto do afirmado, fruto, talvez da desinformação do candidato sobre a situação do estado de São Paulo.

O compromisso dos candidatos deve ser com a Vida, com os Direitos Humanos e com a segurança pública, sem que se aumente o ciclo de violência.

São Paulo, 09 de outubro de 2022.

Assinam:

Sindicato dos Advogados e Advogadas do Estado de São Paulo (SASP)

Grupo Prerrogativas

Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Grupo Tortura Nunca Mais

Frente Ampla Democrática pelos Direitos Humanos – FADDH

COADE – Coletivo Advogados Para a Democracia.

+DH - Canal MAIS Direitos Humanos (NO YOUTUBE)

CCCSP - Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo

Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania (ADJC-SP)

Associação Brasileira de Jurista pela Democracia (ABJD-SP)

Associação Nacional da Advocacia Negra (ANAN)

NMK - Núcleo Maximiliano Kolbe de Direitos Humanos

OVP - Observatório da Violência Policial e dos Direitos Humanos

CPMVJ - Comitê Paulista por Memória, Verdade e Justiça
ACAT - Associação dos Cristãos contra a Tortura
RENAP/SP - Rede Nacional de Advogados Populares
AFROPRESS
Associação de Juízes para a Democracia (AJD)
Innocence Project Brasil
Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)
APEOESP – Sindicato dos Professores de Ensino Oficial do Estado de São Paulo
Sindiproesp - Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias, das Fundações e das Universidades Públicas do Estado de São Paulo
Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil
Bloco Tricolor Antifascista
Raiz Movimento Cidadanista
Marcha das Mulheres Negras de São Paulo
Frente pela Vida das Mulheres de Presidente Prudente
Comissão Justiça e Paz de São Paulo
Pastoral de Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo
Pastoral Fé e Política do Regional Sul 1 da CNBB
Comissão Justiça e Paz do Regional Sul 1 da CNBB
Grito dos excluídos – SP
CLASP Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo
Centro Santo Dias de DH da Arquidiocese de SP
Pastoral de Fé e Política da Região Episcopal Lapa
Pastoral da Educação Regional Sul1 CNBB
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos